



# Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

## 1. Informações Gerais

**Data:** 20/10/2020

**Horário:** 15h

**Local:** remota-webex

### Participantes/Representantes:

Ministro Luiz Fux – Presidente do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;  
Dr. Marcus Lívio Gomes - Secretário Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica – SEP;  
Dr. Anderson de Paiva Gabriel – Juiz Auxiliar da Presidência;  
Dr. Dorotheo Neto – Juiz Auxiliar da Presidência;  
Dr. Osair Victor de Oliveira Junior – Juiz Auxiliar da Presidência;  
Dr. Luís Geraldo Santana Lanfredi – Juiz Auxiliar da Presidência – Supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF;  
Dr. Johaness Eck – Diretor-Geral;  
Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE;  
Sra. Gabriela Moreira de Azevedo Soares – Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ;  
Sr. Diogo Albuquerque Ferreira - Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD;  
Sr. Thiago Andrade Vieira - Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação – DTI;  
Sr. Jônathas Seixas de Oliveira - representante da Secretaria de Comunicação Social – SCS;  
Sr. Antônio Carlos Stangherlin Rebelo – Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO;  
Sra. Alessandra Cristina de Jesus Teixeira – Chefe de gabinete da Corregedoria Nacional de Justiça – CN;  
Sr. Getúlio Vaz – Secretário de Administração;  
Sr. Wernne Silva – Secretário de Orçamento e Finanças;  
Sra. Raquel Wanderley da Cunha Chaussé – Secretária de Gestão de Pessoas;  
Sr. Ronaldo de Araújo Pedron – Chefe de Gabinete da Ouvidoria  
Sr. Anderson Rubens de Oliveira Couto – Secretário de Auditoria.

### Facilitador

Sr. Adilson Medeiros da Silva – Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ/DGE.



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

### Presentes:

Sr. Alexandre Sales de Oliveira - Assessoria da Corregedoria;  
Sra. Aline Ribeiro de Mendonça - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário;  
Sra. Anali Cristino Figueiredo - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário;  
Sra. Andrea Sobral De Barros - Gabinete do Diretor Geral;  
Sr. Bruno Gomes Faria - Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário;  
Sr. Carlos Eduardo Vellozo de Campos - Seção de Gestão de Atendimento ao Usuário;  
Sra. Caroline Maria Araújo Alves - Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação;  
Sra. Cássia Cascão De Almeida - Corregedoria Nacional de Justiça;  
Sr. Clayton Amorim de Sousa - Gabinete da Corregedoria;  
Sra. Cristina de Oliveira Winckler - Departamento de Gestão Estratégica;  
Sr. Diogo Emannuel Ferreira Rodrigues - Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação;  
Sra. Doris Canen - Gabinete da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica;  
Sr. Evandro Silva Gomes - Seção de Auditoria da Gestão e da Governança;  
Sra. Fernanda Fleury Brandão - Seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia;  
Sra. Fernanda Trindade de Castro - Secretaria de Cerimonial e Eventos;  
Sr. Flávio Feitosa Costa - Coordenadoria de Apoio à Governança de TIC;  
Sra. Gabriela Teixeira da Cunha Lobo - Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário;  
Sr. Igor Guimarães Pedreira - Departamento de Pesquisas Judiciárias;  
Sr. Isaías Monteiro dos Santos - Coordenadoria de Imprensa;  
Sr. Juan Alberto César De Loiola Espiñeira - Secretaria de Comunicação Social;  
Sra. Karina Dias de Góis Murta - Núcleo de Assistência e Acompanhamento de Expedientes da Secretaria;  
Sr. Luciano Almeida Lima - Assessoria da Corregedoria;  
Sr. Marcio Leal Gonçalves - Coordenadoria de Imprensa;  
Sra. Marina Brazil Bonani - Departamento de Gestão Estratégica;  
Sr. Antônio Mário Lúcio de Oliveira Junior - Seção de Seleção e Gestão de Desempenho;  
Sra. Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa - Gabinete do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativo;  
Sra. Pâmela Tieme Barbosa Aoyama - Departamento de Pesquisas Judiciárias;  
Sra. Raquel Wanderley da Cunha Chaussé - Secretaria de Gestão de Pessoas;  
Sra. Renata Chiarinelli Laurino - Gabinete do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas;  
Sra. Renata Maroja Stochiero - Seção de Gestão Socioambiental;  
Sr. Rodrigo Vasconcellos Chebli - Gabinete da Corregedoria;  
Sr. Rodrigo Miguel Sousa - Departamento de Gestão Estratégica;  
Sr. Sidney Martins Pereira Arruda - Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação;  
Sra. Thaislana Marina Lima dos Santos - Departamento de Gestão Estratégica;  
Sr. Thiago de Andrade Vieira - Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação;  
Sra. Trícia Navarro Xavier Cabral - Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica;  
Sr. Walter Godoy dos Santos Junior - Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Gestão Estratégica;  
Sr. Wilfredo Enrique Pires Pacheco - Departamento de Pesquisas Judiciárias.

### 2. Objetivos da reunião

Apresentar o desempenho dos indicadores e projetos institucionais referente ao período de janeiro a agosto de 2020; dialogar sobre eventuais dificuldades encontradas no cumprimento das metas; e identificar soluções para os problemas percebidos na execução da estratégia do CNJ.

### 3. Pauta

- Divulgação do panorama geral dos resultados dos indicadores e dos projetos institucionais de janeiro a agosto de 2020;
- Apresentação dos resultados dos indicadores e projetos institucionais, bem como possíveis dificuldades e soluções;
- Considerações finais.

### 4. Abertura

O Ministro Luiz Fux, Presidente do Conselho Nacional de Justiça, iniciou a 3ª Reunião de Análise Estratégica cumprimentando a todos e esclarecendo que o encontro tem como principal propósito dar continuidade ao monitoramento da estratégia do CNJ. Ressaltou que o planejamento estratégico de um órgão indica os principais objetivos institucionais que devem ser observados e atingidos pela organização visando alcance da sua missão; complementou que é importante instrumento de gestão e auxilia focar em princípios e objetivos da organização e seus propósitos de monitoramento, permitindo o acompanhamento, a execução das ações, dos projetos e dos programas prioritários desenvolvidos. O Ministro ressaltou que, desde 2010, o CNJ possui um plano estratégico institucional e que atualmente está em vigência um segundo ciclo, o qual iniciou em 2015 e finda neste ano de 2020. Informou que o referido plano vem sendo acompanhado sistematicamente pelo Departamento Gestão Estratégica – DGE, sob a coordenação da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP, com publicações bimestrais de resultados de indicadores, ações e projetos, com a realização, por ano, de pelo menos três Reuniões



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

de Análise da Estratégia com todos os diretores das unidades do CNJ. O Presidente do CNJ falou ainda que essa é a última reunião de 2020. Adicionou que a gestão estratégica é um dos pilares de atuação do Conselho Nacional de Justiça e, nesse contexto, no início da nova gestão foi promovida a implantação do Escritório Corporativo de Políticas Judiciárias Nacionais e Projetos Institucionais – ECPP, que visa assessorar a Alta Administração do CNJ, prestando apoio metodológico aos Conselheiros e a todos os gestores no que diz respeito a Políticas Judiciárias e Projetos Institucionais. Acrescentou que, por meio do Escritório, será possível também integrar as referidas Políticas e Projetos à Estratégia Institucional do CNJ, o que fomentará sua adequada gestão. Por fim, saudou a todos e desejou um bom trabalho. Em seguida, Dr. Marcus Lívio Gomes, Secretário da SEP, cumprimentou a todos os participantes e passou a fala à Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva, Diretora do DGE, para formalização da abertura, que fez os cumprimentos iniciais e passou a palavra ao Sr. Adilson para apresentar a agenda.

### 5. Apresentações

Na sequência, o Sr. Adilson Medeiros, Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ - DIGE, apresentou a agenda composta por: panorama geral dos resultados dos indicadores e projetos institucionais de janeiro a agosto de 2020; apresentação dos resultados dos indicadores e projetos institucionais, bem como possíveis dificuldades e soluções; e as considerações finais. Em seguida, devolveu a palavra ao Dr. Marcus Lívio, que, após os cumprimentos a todos os componentes da mesa, retomou a fala do Ministro Luiz Fux para registrar que se trata do final de um ciclo e início de outro. Enfatizou que a transição das gestões foi suave e não houve uma ruptura, inclusive com participação da equipe da nova gestão na formulação do planejamento estratégico. Informou que a transição permitiu verificar os resultados da gestão anterior e participar da formulação da estratégia para a gestão seguinte - período 2021-2026. Adicionou que houve muita preparação para essa nova gestão e que tiveram a oportunidade de planejar e concretizar a formulação de um caderno de projetos baseados nos eixos da gestão do Ministro Luiz Fux que se alinham com os eixos da gestão estratégica do Conselho Nacional de Justiça. Afirmou que o trabalho



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

é empreendido pelo DGE e, na oportunidade, saudou os servidores dessa unidade e todos os gestores presentes de todas as secretarias e departamentos pelo trabalho que vêm implementando e que irão implementar em apoio à execução do Planejamento Estratégico. Enfatizou que a reunião é extremamente relevante porque permite aos gestores das unidades a apresentação do desenvolvimento do planejamento estratégico, e que o objetivo é ter a participação efetiva de todos os setores do CNJ na formulação e na implementação do planejamento. Registrou que terão todo o apoio da nova gestão do Ministro Luiz Fux, da Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica e de todos os juízes auxiliares da Presidência para implementação desse projeto. Ressaltou, a seguir, a criação de nova estrutura no organograma do Conselho Nacional de Justiça que foi o Escritório Corporativo de Políticas Judiciárias Nacionais e Projetos Institucionais – ECPP, apoiado e supervisionado pelo Juiz Auxiliar da Presidência Dr. Dorotheo Barbosa, empenhado na implementação do escritório. Acrescentou que é através dessa unidade, com experiência piloto na SEP, que se pretende, no futuro próximo, expandir a experiência do gerenciamento de projetos para todas as unidades do Conselho Nacional Justiça como o apoio que a SEP dará no planejamento da gestão e no gerenciamento de projetos e políticas. Acrescentou, ainda, que o escritório hoje está adstrito às atividades de competência da SEP, mas, pretende-se não deixar de apoiar as unidades envolvidas, também na implementação que se dará através de ferramentas de gerenciamento de projetos. Noticiou a migração de todos os documentos e informações do Conselho Nacional de Justiça do Sistema Eletrônico de Informação – SEI para a ferramenta *Planner* e que, a partir disso, pretende-se apoiar a estruturação, implementação e monitoramento do planejamento estratégico dentro de uma estrutura de gerenciamento de projetos. Concluindo, o Dr. Marcus deu como aberta a sessão técnica da 3<sup>o</sup> Reunião de Análise da Estratégia e passou a palavra ao Dr. Anderson Paiva, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

### 5.1.1 Secretaria-Geral - SG

O Dr. Anderson Paiva, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, representando o Dr. Valter Shuenquener de Araújo, Secretário-Geral, após os



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

cumprimentos, passou a informar sobre o Projeto Juízo 100% Digital cuja resolução já foi aprovada. Antes de se aprofundar no projeto, fez uma breve contextualização sobre a Revolução Tecnológica, citando: a *Blockbuster*, a *Kodak* e celulares *Blackberry*, que anos atrás foram marcantes e deixaram de existir em consequência da revolução tecnológica. Citou também as plataformas digitais que são fenômenos contemporâneos e não possuem sede, ligação física, tais como: *Instagram*, *Uber*, *Airbnb* e *Netflix*. Acrescentou que que é nesse contexto que se insere o projeto que visa uma justiça sem estar relacionada a um prédio físico, à ideia de um fórum, e sim à prestação jurisdicional. Enfatizou que é dessa forma que o Juízo 100% Digital apresentará uma mudança e uma alteração radical de paradigma no âmbito do Poder Judiciário. Em seguida, afirmou que é um grande desafio, porque a tecnologia tem aumentado e mudado a uma taxa exponencial e as organizações a uma tática logarítmica: a tecnologia se desenvolve em uma velocidade maior do que as organizações. Citou também um dos cinco eixos de Justiça do projeto da gestão do Ministro Luiz Fux: Eixo 4.0 e a promoção do acesso à Justiça 100% Digital. Acrescentou que o processo cotidiano, ordinário, a que todos - juiz, promotor, advogado, as partes e testemunhas - estão acostumados, envolve o deslocamento para um fórum. O Juízo 100% Digital objetiva alterar esse paradigma tornando possível a prestação jurisdicional mais efetiva e em tempo razoável, ao mesmo tempo em que importa em um custo menor para todos: o judiciário não precisa manter uma sede física com todos os encargos e custos inerentes a isso; a testemunha não precisa se deslocar; os advogados se livram de amarras geográficas, o que por vezes inviabiliza participação em mais de uma audiência no mesmo dia em comarcas diversas. Ressaltou que a pandemia trouxe, de uma forma muito evidente, essa alteração paradigmática. Adicionou que com o Juízo 100% Digital será possível a participação em uma audiência por vídeo conferência. Mencionou que a Resolução nº 345, de 9 de outubro de 2020, que criou efetivamente esse projeto, cita no parágrafo único do art. 1º: “No âmbito do “Juízo 100% Digital”, todos os atos processuais serão exclusivamente praticados por meio eletrônico e remoto por intermédio da rede mundial de computadores”. Em seguida, afirmou que é uma transformação e uma alteração de paradigmas que traz o judiciário para o momento contemporâneo.





# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Afirmou que certamente será um desafio, mas também um marco na história do Judiciário brasileiro. Adicionou a frase de Mahatma Gandhi: *“O futuro dependerá daquilo que fazemos no presente”*. Por conseguinte, o Dr. Anderson Paiva falou que a tecnologia tem se expandido cada vez mais rápido e vem atualmente desafiando até a adaptabilidade humana. Adicionou que com o Juízo 100% Digital será necessário um esforço adaptativo no início, mas, em seguida, os resultados serão vistos, e que é um projeto da atual gestão que vai consubstanciar uma travessia do Poder Judiciário do passado para o Poder Judiciário do futuro. Em seguida, deu exemplos de disrupções tecnológicas das últimas décadas e, por fim, afirmou acreditar que o Juízo 100% Digital irá se espalhar pelo poder judiciário rapidamente e será um sucesso, chegando ao final da gestão com um grande número de varas operando com o projeto.

### **5.1.2. Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP**

O Dr. Dorotheo Neto, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, iniciou saudando todos os servidores, Sra. Fabiana – Diretora do DGE, que tem ajudado desde a transição e o Dr. Johanness Eck- Diretor-Geral do Conselho Nacional de Justiça. Em seguida, registrou que a gestão do Ministro Luiz Fux avançou mais um passo em relação à governança e à transparência no âmbito do CNJ instituindo o Escritório Corporativo de Políticas Judiciárias Nacionais e Projetos Institucionais – ECPP o qual atuará tanto na gestão de projetos como na gestão de políticas judiciárias tendo uma visão transversal da atuação do CNJ. Ressaltou que o ECPP nasceu precipuamente para auxiliar a Alta Administração na apropriada gestão de políticas judiciárias e de projetos institucionais e que a equipe do ECPP apoiará na formulação e disseminação de metodologia de implementação tanto de políticas judiciárias nacionais, quanto de gerenciamento de projetos. Em seguida, esclareceu que o ECPP é vinculado ao Departamento de Gestão Estratégica - DGE e foi criado quando da publicação da Portaria nº 181 de 2020, que dispõe sobre a estrutura organizacional do CNJ. O Dr. Dorotheo Neto mencionou que no mês de setembro de 2020, a SEP regulamentou o funcionamento do ECPP pela Portaria nº 3 de 2020 da SEP, trazendo algumas finalidades específicas do escritório, dentre elas: assessorar a administração do CNJ no que diz respeito à gestão de políticas judiciárias e de projetos institucionais;



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

subsidiar a tomada de decisão da Alta Administração funcionando como centro de informações estratégicas das políticas judiciárias nacionais e dos projetos institucionais; realizar o acompanhamento de políticas judiciárias nacionais e dos projetos institucionais em nível estratégico; oferecer suporte metodológico às políticas judiciárias nacionais e aos projetos institucionais; e integrar a execução das políticas judiciárias nacionais e dos projetos ao planejamento estratégico do CNJ. Acrescentou que, assim, o Escritório Corporativo visa ao aperfeiçoamento do acompanhamento da implementação das políticas judiciárias e da execução dos projetos institucionais centralizando as informações para subsidiar a Alta Administração na tomada de decisão, atuando na busca da integração com o Planejamento Estratégico de forma a impulsionar a gestão estratégica com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e estratégicos do CNJ. Adicionou que o ECPP buscará trabalhar em parceria com as unidades do CNJ para evitar o descompasso das informações de forma a deixá-las disponíveis para a administração do CNJ e para os usuários internos no portal do CNJ. Enfatizou também que o objetivo não é controlar o programa, não é controlar o projeto, não é controlar a política judiciária de qualquer secretaria, comissão ou gabinete de conselheiro ou da própria Alta Administração, pois o foco do escritório é a transparência e uniformidade da informação para gerar credibilidade e confiabilidade gerando uma transparência ativa que contribua para a governança e a gestão estratégica desenvolvidas pela Presidência, Secretarias, Conselheiros, Comissões e a Diretoria-Geral. Informou também que, para cumprir com seus objetivos, recentemente, o ECPP iniciou um levantamento dos projetos institucionais de todo o CNJ por meio de um questionário eletrônico cujo objetivo é conhecer a execução dos projetos e iniciar o monitoramento da informação em nível estratégico. Acrescentou que o questionário teve o prazo prorrogado e estará disponível para resposta até o dia 29 de outubro. As respostas serão sistematizadas e, posteriormente, consolidadas em um relatório que será entregue à SEP visando subsidiar a construção do portfólio de projetos de todo o CNJ, com o objetivo final da criação de um painel eletrônico disponibilizado ao público interno e externo dando assim visibilidade de todos os projetos em andamento do Conselho Nacional de Justiça, mais que um painel estratégico do órgão, uma prestação de contas à sociedade com informações





# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

atualizadas periodicamente. Em seguida, o Dr. Dorotheo mencionou que no dia 16 de outubro, o ECPP recebeu informações das seguintes unidades: CEAJUD, Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos - CSAC, DGE, DG, DPJ, FONAPREC, Gabinete da Conselheira Candice Jobim, Gabinete da Conselheira Flávia Pessoa, Gabinete do Conselheiro Henrique Ávila, Gabinete do Conselheiro Luiz Fernando Keppen, Gabinete da Conselheira Maria Cristina Simões Amorim Ziouva, Gabinete do Conselheiro Mario Guerreiro, Gabinete da Ouvidoria e SEP. Esclareceu ainda que, de acordo com os dados preliminares colhidos até o momento, o objetivo estratégico de aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e demais instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário recebeu o maior número de projetos. Na sequência, passou a apresentar os projetos institucionais de responsabilidade da SEP, informando os resultados obtidos até o dia 31 de agosto de 2020: Sobre o Projeto Justiça Começa na Infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral, registrou que tem como objetivo a promoção do fortalecimento das instituições públicas voltadas à garantia dos direitos difusos e coletivos previstos no artigo 227 da Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e do Marco Legal da Primeira Infância, com vistas ao aprimoramento dos serviços prestados por estas instituições, inclusive à melhoria da infraestrutura necessária à proteção do interesse da criança e à prevenção da improbidade administrativa dos servidores públicos que têm o dever de aplicar a legislação previamente referida. Adicionou que o projeto é financiado com recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério Justiça e Segurança Pública e é uma das ações do pacto nacional pela Primeira Infância coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça. Informou que devido à pandemia, as ações tiveram que ser reformuladas e outras adiadas, como é o caso dos seminários presenciais nas regiões nordeste e sul do país que serão realizados no ano de 2021 ou de forma presencial, se o final da pandemia permitir, ou por uma adequação de modo virtual. Adicionou que mesmo diante das dificuldades impostas pela pandemia foi possível alcançar o percentual de execução de 58% do referido projeto e, neste momento, está sendo realizado o diagnóstico da Primeira Infância com o apoio do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ e, no dia 19 de outubro, começou o



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

primeiro módulo do curso de capacitação por via EaD com apoio do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD quando se pretende capacitar 22 mil pessoas. Por fim, informou que, devido à pandemia, o prazo foi prorrogado, com a conclusão prevista para setembro de 2021. Sobre o Projeto Execução Fiscal - Automação e Governança informou que tem como objetivo implementar medidas de automação e governança voltadas a melhoria da tramitação dos processos de execução fiscal e foi desenvolvido para: por meio da implementação de medidas de automação e governança, viabilizar a diminuição do tempo de tramitação processual dos executivos fiscais - um dos principais problemas de taxas de congestionamento no judiciário, e assim aumentar sua efetividade, buscar maior satisfação dos créditos trazidos a juízo. Acrescentou que, para dar efetividade ao projeto, foi constituído um Grupo de Trabalho - GT que teve a Portaria nº 76 de 2019, como seu nascedouro composto por Magistrados e Procuradores com amplo conhecimento da matéria, muitos deles responsáveis pela implementação de iniciativas tecnológicas bem sucedidas. Noticiou que o GT deliberou por organizar as atividades nas seguintes frentes: proposta de fluxo de automatizado passível de adoção pelos tribunais; integração do PJe com diferentes sistemas; desenvolvimento de integrações com os principais sistemas utilizados no âmbito dos processos de execução fiscal como Sisbajud, Renajud e AR Digital e os sistemas das fazendas públicas. Destacou ainda que o projeto faz parte do Programa Resolve e alcançou o índice de 63% até 31 de agosto de 2020, tendo previsão de término até o final deste ano 2020. Explicou que entre as etapas realizadas estão: o diagnóstico, a criação do Grupo de Trabalho, a definição da proposta de automação pelo grupo criado, o desenvolvimento técnico das automações voltadas para o Sisbajud, Renajud e o e-carta. Enfatizou que na mesma fala do Ministro Luiz Fux, na abertura dos trabalhos com o convênio do Renajud, tem também o desenvolvimento de ações para recuperação de ativos visando a efetividade da execução e da execução fiscal. Por fim, informou que o desenvolvimento técnico desse projeto está em execução e, posteriormente, será realizado o acompanhamento do impacto do projeto na tramitação processual. Sobre o Projeto Benefícios Previdenciários por incapacidade que visa o estabelecimento de parâmetros uniformes para tratamento das causas



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

relativas aos benefícios previdenciários por incapacidade nos segmentos da Justiça federal e estadual com o objetivo geral de dar maior efetividade à prestação jurisdicional nas questões relacionadas aos benefícios previdenciários por incapacidade informou que teve uma série de ações que já foram implementadas, também faz parte do Programa Resolve e já teve as seguintes entregas: quesitação padrão mínima para os benefícios previdenciários por incapacidade - tarefa decorrente de estudos e discussões travadas no seio de grupo de trabalho no qual tiveram acento Magistratura Federal, Procuradoria Federal, MPF, DPU e OAB. Desenvolvimento de formulário eletrônico a partir dos quesitos da alínea anterior integrando hoje o laudo médico pericial eletrônico inserto no painel do perito em versão nacional do PJe; elaboração de cursos de capacitação de peritos médicos com tutoria e na modalidade à distância sendo disponibilizadas duas turmas em 2019 e previstas três turmas para o ano de 2020; e celebração do acordo de cooperação técnica entre o CNJ, INSS e a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia para permuta de dados. Adicionou que, com a pactuação referida o projeto foi ampliado para alcançar a etapa de automação do fluxo de tramitação das ações previdenciárias mediante integração dos sistemas do INSS ao PJe, nisso incluído o cumprimento automatizado de decisões judiciais. Registrou que a primeira fase da integração está em teste no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Acerca do Projeto Poupança - Planos Econômico esclareceu que visa estimular a adesão ao acordo homologado no Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 165 e nos Recursos Extraordinários nº 631.363, nº 591.797 e nº 626.307, tendo como objetivo geral estimular a solução consensual de conflitos por múltiplos meios e com os objetivos específicos. Esclareceu que este projeto também é componente do Programa Resolve por meio do qual foi realizada ampla articulação com órgãos do Poder Judiciário em instituições representantes de poupadores e bancos com vistas ao fomento de outros meios de adesão, além da plataforma digital originalmente prevista no acordo coletivo. Informou que houve monitoramento mês a mês e por instituição bancária das frentes abertas para adesão estando os resultados do projeto já publicados no portal CNJ e, portanto, concluiu, pode-se considerar o projeto finalizado. Acerca do Projeto Integração do Consumidor.gov.br ao PJe, informou que



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

visa viabilizar e facultar ao cidadão que optou por judicializar sua demanda consumerista a alternativa da autocomposição de solução de sua controvérsia em meio eletrônico como mais uma ferramenta ao adequado tratamento do conflito com base no sistema de multiportas. Registrou que as etapas entregues até o momento foram: as assinaturas do acordo de cooperação técnica entre o CNJ, o Ministério de Justiça e Segurança Pública e a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon para viabilização da solução tecnológica; adesões dos segmentos bancários de telecomunicações ao acordo de cooperação; operacionalização da integração e realização de projetos no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ressaltou que houve ainda um grande passo de disponibilização para todos os tribunais que possuem versão compatível ao PJe de oportunidade de aderirem ao referido projeto. O Dr, Dorotheo mencionou ainda que está em execução a habilitação na integração dos demais segmentos constantes da plataforma Consumidor.gov.br e o projeto já alcançou o índice de execução de 81% no período. Sobre o Projeto XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário esclareceu que é um evento, mas, por nortear todo um planejamento do Poder Judiciário no que se refere a metas, é tratado como um projeto, pois tem entre seus objetivos a definição das metas do Poder Judiciário para o ano subsequente e a divulgação da premiação do selo de qualidade. Informou que o evento ocorrerá nos dias 26 e 27 de novembro e o projeto já alcançou o índice de execução de 69% até o último dia 31 de agosto. Adicionou que a proposta de metas de cada segmento de justiça foi apresentada em reunião preparatória. Explicou que o CNJ analisou as propostas e, no momento, encontra-se em consulta pública para que a sociedade possa opinar sobre o tema. Elucidou que, a partir dos resultados, serão definidas as metas que serão objeto de votação no Encontro Nacional. Ressaltou, ainda, que as metas serão para 2021 - o primeiro ano da nova estratégia nacional do Poder Judiciário. Por fim, citou programas, projetos e políticas judiciárias que foram iniciados na gestão do Ministro Luiz Fux, serão objeto da próxima RAE e estão sob responsabilidade da SEP ou têm o seu monitoramento de informações pelo Escritório Corporativo. 1. O monitoramento das atividades dos departamentos pela SEP de forma eletrônica e em real-time utilizando a ferramenta Planner. 2. A centralização dos projetos da infância e



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

juventude no portal do CNJ. 3. O acordo de cooperação técnica entre o CNJ e o IBAMA assinado dia 20 de outubro que tem como objeto o desenvolvimento de cooperação técnico-científica entre o CNJ e o IBAMA para o intercâmbio de informações e desenvolvimento de atividades voltadas à proteção e preservação do meio ambiente. 4. Apresentação de dois projetos para concorrência em edital a destinação de recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública um projeto tratando da população Ribeirinha da Amazônia Legal e outro projeto sobre automação e desenvolvimento de tecnologias processuais. Esses projetos foram protocolados no prazo do edital no dia 14 de outubro. 5. Acordo de cooperação técnica entre o CNJ e o Supremo Tribunal Federal que tem como objetivo desenvolvimento e cooperação técnica e científica entre o STF e o CNJ para o intercâmbio de informações, conhecimentos e bases de dados para estruturação e o desenvolvimento da Biblioteca Digital do CNJ. 6. Acordo de cooperação técnica entre o CNJ e a Escola Nacional de Notários e Registradores - ENNOR para o desenvolvimento de cursos e pesquisas científicas e matérias que dizem respeito ao direito notarial e de registro, assim como as normas publicadas de interesse a ser desenvolvido e coordenado pelo ENNOR com apoio do CNJ. Por fim, o Dr. Dorotheo informou que, além da elaboração de outros projetos acordos e políticas, a SEP está em tratativas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para assinatura de acordo de cooperação visando ao aprimoramento da gestão e governança de projetos e políticas judiciárias no Brasil e no Conselho Nacional de Justiça o que se coaduna com os objetivos do ECPP, da Secretaria Especial e do Departamento de Gestão Estratégica.

### 5.1.2 Diretoria-Geral - DG

O Dr. Osair Victor, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, Juiz Supervisor da Diretoria-Geral do CNJ, iniciou dizendo que teve o privilégio de participar da parametrização do Segundo Justiça em Números, Resolução nº 76, e que desde então vem atuando na rede de cooperação e na rede colaborativa. Acrescentou informando que é um dos entusiastas do Planejamento Estratégico e ressaltou sua importância, pontuando que o CNJ, pela finalidade estabelecida na



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Constituição, é o órgão central da Política Judiciária. Em seguida, falou que sua função como Juiz Supervisor da Diretoria-Geral, nova alteração da constituição do órgão, é facilitar a comunicação de todos os setores do CNJ com a Diretoria-Geral e que a visão da DG é de suporte institucional; de apoio para que todas as atividades se realizem a contento. Reconheceu que o CNJ é um órgão que tem grande responsabilidade, mas seu quadro de pessoal é diminuto, e que para possibilitar que os projetos e programas sejam atingidos é necessário o apoio da DG, que também atua na busca de recursos compatíveis com sua missão. Pontuou que a EC nº 95 impôs limites orçamentários o que torna difícil fazer tudo o que é necessário. Enfatizou que a visão da DG nessa nova gestão é dar continuidade ao trabalho, de forma ressignificada para dar apoio a todas as atividades. Em seguida, o Dr. Johaness Eck, Diretor-Geral do Conselho Nacional de Justiça, enfatizou a fala do Dr. Osair Vitor sobre a DG dar apoio a todas as unidades do CNJ por meio de suas unidades – Secretaria de Administração, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Orçamento e Finanças, Assessoria Jurídica e Comissão Permanente de Licitação. Pontuou o interesse da DG em ajudar o CNJ a adquirir uma dimensão maior, mais apropriada para exercer a sua missão constitucional. Observou que há tempos os recursos eram suficientes para atender as demandas das unidades, mas agora, com o dinamismo da nova gestão, além de serem feitas as atividades de apoio às unidades, a DG terá que buscar mais recursos de todas naturezas. Ressaltou fatores limitantes como a EC nº 95, a falta de pessoal, e que estes são os desafios para que se tenha uma gestão exitosa.

### **5.1.4 Departamento de Gestão Estratégica - DGE**

O Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica, iniciou falando do alinhamento das ações e índices aos objetivos estratégicos do planejamento do CNJ 2015-2020. Informou que, nesse planejamento, o DGE contribui diretamente com três objetivos estratégicos: *Aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e outros instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário; Favorecer a Melhoria e a Integração dos Processos Organizacionais do Conselho Nacional de Justiça; e fomentar práticas de sustentabilidade, racionalização*





# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

*dos recursos públicos e redução do passivo ambiental.* Enfatizou que dentro do DGE há unidades técnicas voltadas para essas temáticas para impulsionar esses objetivos estratégicos. Em seguida registrou que o DGE tem 3 indicadores no planejamento estratégico, dos quais dois estão com resultado de parcialmente cumpridos, pontuando que um deles é sobre o Plano de Logística Sustentável-PLS que deve ter a contribuição de todas as unidades porque o PLS é do CNJ. Em relação aos projetos, explicou que o DGE iniciou o ano com alguns projetos, dos quais alguns já foram concluídos, outros estão pendentes e outros devem ser concluídos até dezembro. Na sequência, agradeceu a nova gestão pela implantação do Projeto Escritório Corporativo de Políticas Judiciárias Nacionais e Projetos Institucionais – ECPP, pois é um projeto que já se havia tentado implantar no âmbito do Conselho Nacional de Justiça. Observou que em agosto o percentual de cumprimento do projeto estava com 33%, mas na presente data o ECPP já foi implantado por meio da Portaria que modificou a estrutura organizacional e também ao Regulamento nº 3 da SEP. Sobre o projeto *Solução Tecnológica Acompanhamento e Monitoramento da Estratégia Institucional* esclareceu que foi formalizado via Sistema Eletrônico da Informação – SEI em 2017 e conta com o apoio do Departamento de Tecnologia da Informação - DTI. Noticiou que houve tratativas de mudança de escopo, em 2019, quando se tentou fazer uma parceria com uma empresa, o que não prosperou por decisão técnica do DGE, voltando para a origem – usar as planilhas *excel* com painéis de BI para apresentar os resultados. Acrescentou que se pretende ter uma solução com dinamismo na alimentação dos dados e com integração aos sistemas de projetos, e que já há tratativas com a TI para entregar a solução até 2020. Sobre o projeto *Elaboração do guia com quesitos técnicos e legais para as Contratações Sustentáveis* que é um projeto da Seção de Gestão Socioambiental – SESAM, vinculado ao DGE, informou que está abaixo da expectativa com 20% de cumprimento, porque até agosto não foi possível dar vasão ao projeto, mas ressaltou que é um projeto de muita relevância, que houve a formação de um grupo de trabalho e que o objetivo é dar continuidade. Pontuou que o CNJ, como órgão de governança, é requisitado para ter esses quesitos. Sobre o projeto *Formulação do Plano do PLS 2021-2026* informou que com a portaria do Planejamento Estratégico aprovada em junho, este PLS foi



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

alinhado ao Planejamento Estratégico do CNJ de 2021-2026 e sua execução, em agosto, estava em 70%. Adicionou que com a nova gestão houve mudança na composição da Comissão Gestora do PLS contando atualmente com a participação de duas juízas auxiliares da Presidência ligadas à SEP, Dra. Lívia Cristina Marques Peres e Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar, que vão apoiar o DGE na elaboração do PLS 2021-2026. Citou ainda a Comissão Permanente de sustentabilidade que a Conselheira Ivana coordena, e informou que a previsão de publicação do novo plano é ainda em novembro de 2020 e do plano de comunicação em dezembro. Sobre o projeto *Revisão do Sistema de Atos Normativos* informou que a migração do portal do CNJ exigiu que fossem feitos ajustes no sistema de atos, que o Departamento de Tecnologia da Informação – DTI é o parceiro do DGE e que os ajustes serão feitos até dezembro. Noticiou que o projeto *Formulação do Planejamento Estratégico do CNJ* foi concluído em 2020 com a publicação da portaria; o projeto *Elaboração do Ranking da Transparência* foi iniciado e concluído em 2020; o projeto *Selo CNJ de Desburocratização* foi também concluído sendo que a concessão aconteceu na primeira reunião preparatória em maio de 2020; o projeto da *Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026* foi concluído com a Resolução nº 325 publicado em junho; o projeto *Seleção de Práticas para Prémio Innovare* foi concluído em agosto; sobre o projeto *Coordenação da Elaboração do Relatório Anual de Atividades do CNJ 2020* informou que não foi iniciado e que o DGE solicita, via SEP, as informações para consolidar no Relatório de Atividades, o qual será entregue ao Congresso Nacional na abertura Legislativa. Por fim, falou das ações a serem concluídos até dezembro: a Construção do Glossário dos Indicadores da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, aprovada pela resolução 325/2020, porém será necessário fazer esse documento para informar como serão acompanhados os índices da estratégia Nacional. O DPJ é parceiro na construção desse glossário com prazo de publicação até dezembro de 2020; construção do Plano de Comunicação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário tendo como a unidade parceira a Secretaria de Comunicação Social - SCS na construção e execução do plano; Implantação dos indicadores de processo de trabalho que é realizado por uma seção vinculada ao DGE e está sem processo de desenvolvimento; desdobramento da Estratégia 2021-2026 que trata da



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

construção dos novos indicadores do CNJ pensando em possíveis metas e projetos. Sobre isso acrescentou que a criação do ECCPP ajudará a afunilar as políticas judiciárias para o alinhamento com esse desdobramento, pois para execução de um bom plano estratégico é necessário pensar políticas, programas e projetos.

### 5.1.3 Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ

A Sra. Gabriela Moreira de Azevedo Soares, Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ, iniciou falando dos dois indicadores: *Índice de realização de pesquisas* e o *Índice de acompanhamento de Projetos Estratégicos do DPJ* que foram cumpridos. Em seguida, mencionou que foram publicadas uma série de pesquisas nesse semestre e agora a unidade está em fase de planejamento das próximas, alinhadas aos eixos estratégicos definidos pelo Ministro Luiz Fux. Informou que o DPJ assumiu na nova gestão a antiga Coordenadoria de Gestão Documental agora denominada Coordenadoria de Gestão da Informação da Memória do Poder Judiciário, coordenada pela Sra. Pâmela, aumentando, assim, as atribuições do Departamento. Registrou que nessa Coordenadoria havia um projeto de eliminação de documentos que foi descontinuado em razão da pandemia uma vez que havia necessidade de alocação presencial dos servidores. Quanto às ações da coordenadoria, citou: a Revista Eletrônica e a Biblioteca Digital que já eram ações do DPJ e agora ficaram vinculadas à Coordenadoria. Mencionou o acesso aos conteúdos digitais e aos conteúdos físicos que irão compor o projeto Biblioteca Digital o qual ganha uma roupagem maior e interessante para oferecer. Acrescentou que a revista é veiculada semestralmente contendo uma seção de jurisprudência, uma seção de artigo autoral em fase final de avaliação dos artigos. Comentou que as ações de Gestão dos Arquivos do CNJ foram recebidas junto com a Coordenadoria. As ações do Proname, Plano de Dados Abertos e Atualização do relatório de registros históricos eram da Coordenadoria e foram atribuídas ao DPJ. Por conseguinte, falou sobre as ações planejadas até o final do ano: sobre as ações relacionadas ao DataJud, informou que a unidade tinha no planejamento estratégico um projeto denominado Replicação Nacional que é receber os dados de todos os processos em trâmite do país e foi batizado como Datajud. Complementou, falando da Resolução nº 331, que



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

torna obrigatório o envio dos dados para o DataJud pelo tribunal, o que, até então, era vinculado ao prêmio CNJ de qualidade e que agora há várias atividades relacionadas ao DataJud em termos de qualificação de dados, cumprimento da portaria de saneamento - com várias etapas de saneamento do banco de dados, construção de painéis, de API's para disponibilizar as informações, dando um outro nível de transparência. Sobre o CNJ Inova esclareceu que é um projeto o qual tem parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP e está em desenvolvimento. Adicionou que o *Hackathon* está em curso, que foi feito um no final de semana do dia 12 de outubro, que os participantes ficaram em imersão e que o formato foi virtual. Citou como desvantagem do evento virtual que não teve a interação característica, mas, como vantagem, pontuou que se conseguiu formar times que reuniram pessoas do norte ao sul do país em uma mesma equipe. Informou que foram formadas cerca de sessenta equipes em dois desafios. Citou que tem uma estrutura para dar apoio de mentoria e acompanhamento com o pessoal inscrito. Adicionou que há uma amostra da base do Datajud descaracterizada para a sociedade e estão sendo trabalhadas soluções inovadoras para identificar problemas de inconsistência dos dados e de gargalo de fluxo dos processos judiciais, tempo, etc. Citou a atualização dos glossários da Resolução CNJ nº 76/2009 – Justiça em Números para melhorar a obtenção das estatísticas relacionadas às arrecadações para se capte também as arrecadações decorrentes de bens, de penas pecuniárias. Acrescentou que o DPJ está também planejando as pesquisas que serão contratadas para a nova gestão e entregando as da gestão passada. Falou da divulgação dos resultados da 4ª Edição do Programa Justiça Pesquisa; planejamento de novos temas (contencioso tributário, corrupção e outros alinhados aos eixos do Ministro Luiz Fux); andamento da Pesquisa da Primeira Infância e Judicialização da Saúde em parceria com a Conselheira Candice Lavocat. Finalizando, citou ações até dezembro: Avaliação do Prêmio CNJ de Qualidade; Avaliação do Prêmio Conciliar é Legal junto com o Gabinete do Conselheiro Henrique Ávila na parte de produtividade; Indicadores dos macrodesafios do Poder Judiciário; e Indicador de Acesso à Justiça e planejamento da Pesquisa de satisfação em parceria com o DGE que estão em pleno desenvolvimento.



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

### 5.1.6 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD

O Sr. Diogo Albuquerque Ferreira, Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD, iniciou falando que a unidade tem dois indicadores: *Índice de capacitação de Poder Judiciário nas competências Estratégicas* que foi parcialmente cumprido e o *Índice de implementação e execução do plano nacional Capacitação* que não foi mensurado porque está na Comissão Permanente de Eficiência Operacional, Infraestrutura e Gestão de Pessoas para serem reavaliado os prazos do Plano Nacional de Capacitação. Em seguida, apresentou as ações: sobre o número de servidores capacitados esclareceu que até agosto tinham sido capacitados 23.447 servidores, e que desde então já se contabiliza mais 9 mil inscritos em cursos abertos em agosto/setembro, mais 8.500 inscritos em cursos abertos em outubro, mais 8 mil inscritos no curso do Marco Legal da Primeira Infância e, portanto, na próxima mediação, o número será maior. Posteriormente, mencionou o projeto Justiça Começa na Infância – dito anteriormente pelo Dr. Dorotheo Neto – que tem duas ações de capacitação previstas: o Marco Legal da Primeira Infância para Todos, que já começou e registrou 7.900 inscritos, tendo o objetivo de capacitar 22 mil pessoas até o final do projeto. Mencionou que a meta era ter 11 mil inscritos em 2020 e 11 mil inscritos em 2021, mas não foi possível completar todas as turmas. Pontuou o período eleitoral nos municípios e a dificuldade de trazer o público alvo mas esclareceu que haverá compensação no ano seguinte para completar a meta dos 22.000. Observou que, nesse curso, apesar dos 7.923 inscritos, há representação de todos os estados brasileiros e assim poderá ser feito um panorama do Brasil e iniciar a capacitação de todas as pessoas que trabalham diretamente com a primeira infância, não só no Poder Judiciário, pois o curso é aberto para servidores do Poder Judiciário e também para profissionais da iniciativa privada, professores, médicos, enfermeiros, agentes de segurança pública, conselheiros tutelares. Citou que o CEAJUD contratou, pela primeira vez, uma empresa para realizar essa capacitação, por meio de um pregão, e que a unidade está no trabalho de coordenação junto com a empresa. Sobre o segundo projeto - Marco legal da Primeira Infância para os Operadores do Direito informou que tem outro público, e o objetivo é capacitar 1.500



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

magistrados, promotores, defensores públicos, advogados, delegados com o conteúdo da primeira infância. Esclareceu que o curso inicialmente era semipresencial, a unidade visitava os estados e eram feitos dois dias do curso presencialmente depois os alunos faziam uma parte EaD. O curso já foi feito em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul (Porto Alegre), Espírito Santo, Tocantins. Entretanto, explicou, com o começo da pandemia, os cursos presenciais foram suspensos e foi feita uma readequação para serem realizados à distância. Adicionou que foram capacitadas 400 pessoas presencialmente, que também fizeram a etapa EaD, e que o restante dos 1.500 alunos será capacitado totalmente a distância. Informou ainda que o curso está sendo todo reformulado, que é um curso complexo, envolve três áreas e são necessários instrutores da cada uma delas: neurociência, políticas públicas e do sistema de Justiça. Afirmou que o trabalho está sendo finalizando neste ano e que no seguinte já estarão no ar todas as turmas que faltam. Sobre o curso Formação de Mediadores e Conciliadores por EaD noticiou que nasceu de um Grupo de Trabalho liderado pelo Ministro Marco Buzzi do STJ e o Conselheiro Henrique Ávila do CNJ para atender à necessidade de ofertar um curso EaD sobre o tema. Complementou que foram reunidos especialistas do assunto, os quais escreveram e gravaram vários vídeos e que o curso foi colocado no ar, como piloto, no final de 2019. Adicionou que no primeiro semestre de 2020 foram ofertadas 15 turmas e que estão abertas inscrições para mais 10 para formação entre os meses de novembro e dezembro. Acrescentou que desse curso nasceu uma parceria com a Ordem do Advogados do Brasil – OAB, pois foi necessário adaptá-lo para a advocacia, que há duas turmas piloto em andamento: uma em São Paulo e outra em Pernambuco, e que ao final dessas turmas o curso será entregue à OAB, que continuará a formação por sua escola. Sobre o curso de Formação Depoimento Especial com o uso do Protocolo Brasileiro de entrevista Forense disse que começou em 2018 e que é complexo porque vem de uma trilha de aprendizagem longa (o CEAJUD começou a trabalhar com esse tema em 2012): inicialmente os alunos fazem um curso de introdução ao direito da infância e juventude; depois passam por um curso de formação em depoimento especial para, só então, fazerem o curso de formação de entrevistadores de crianças vítimas de violência sexual. O Sr. Diogo mencionou que no Brasil não





# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

tinha ninguém capacitado para dar o curso e que as formações eram feitas com instrutores dos Estados Unidos. Assim, continuou, o CEAJUD trouxe, há alguns anos, esses instrutores para formar pessoas no Brasil e o objetivo agora é ampliar, pois o Poder Judiciário já tem muitas salas de depoimento especial prontas, entretanto, observou que, com a Pandemia o curso teve que ser adaptado para o formato de EaD. Informou que cinco turmas estão sendo finalizadas e que há demanda para formação de mais de 1.000 pessoas. Sobre o curso de Admissibilidade Recursal pontuou que era uma prioridade da gestão passada diminuir o número de processos, assim a equipe viajou praticamente por todo o país oferecendo o curso presencialmente com instrutores do STF e do STJ para as equipes dos tribunais que trabalham com admissão de recursos. Registrou que o curso aconteceu no TJ São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Distrito Federal, rio Grande do Sul, Minas Gerais, TRF da 1ª Região, TRF da 2ª Região, TRF da 3ª Região e TRF da 4ª Região. Informou que, também devido à pandemia, o curso foi adaptado ao ensino à distância em parceria com o STJ, e foi concluído no TRF da 5ª Região, fechando esse ciclo de capacitação dos grandes tribunais que tem maior volume de processos tanto da Justiça Estadual quanto da Justiça Federal. Finalizando, mencionou que com Novas Políticas se tem Novos Treinamentos. Citou cursos em andamentos e propostas recebidas: curso de capacitação das Ouvidorias; sobre o sistema SEEU com o DMF; curso sobre diversidade racial em parceria com GT de diversidade racial criado pelo CNJ; previsão de curso sobre o sistema SISBAJUD; treinamento sobre busca ativa de preeminentes para adoção; curso do InfoDIP; curso de capacitação gerencial para todos os diretores e secretários do poder judiciário e um mestrado profissional em governança e políticas judiciárias. Por fim, agradeceu a parceria das unidades para desenvolver e ofertar os cursos.

### 5.1.7 Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

O Sr. Thiago Andrade Vieira, Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação - DTI, falou dos dois indicadores da unidade: *O Índice de incentivo institucional à*



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

*integração, à interoperabilidade e ao desenvolvimento colaborativo de sistemas de informação* que foi cumprido e a *Evolução do Perfil de Governança de TI – IGovTIC-JUD* que não foi mensurado ainda, mas está em processo de mediação, pois o questionário foi enviado para os tribunais para em seguida as informações serem consolidadas. Enfatizou que os indicadores demonstram muito bem uma das ações principais do departamento de tecnologia que é do CNJ para fora. Esclareceu que o DTI atua em três grandes áreas dentro do Poder Judiciário e dentro do CNJ: atua para suas ações internas, com seus sistemas internos, como é o caso dos sistemas do CEAJUD, DGE e DPJ; em sistemas nacionais, como é o caso do PJe, DataJud; e também auxilia no processo de assessoria na formulação de políticas relacionadas ao Poder Judiciário nas resoluções internas. Em relação aos projetos, apresentou aqueles relacionados às estruturas internas que possam ajudar o Poder Judiciário como um todo: sobre o Panorama de TIC do Poder Judiciário, informou que é o acompanhamento do crescimento do nível de infraestrutura, desenvolvimento e governança da parte de tecnologia dos órgãos do Poder Judiciário - uma forma de demonstrar para o próprio Poder Judiciário e para a sociedade; falou da criação do Programa PJe 2020 que foi a estruturação dos vários projetos do PJe; explanou sobre a Plataforma de Governança Digital Colaborativa do Poder Judiciário – CONNECT-JUS (Portal de Governança Digital do PJ) o qual acompanha a ideia do primeiro indicador que é tentar trazer o Poder Judiciário à baila, tentar trazer o Poder Judiciário para o processo de construção de novas soluções e desenvolvimento colaborativo para que o CNJ não fique tão fortemente vinculado ao processo de desenvolvimento e avanço das ações que estão relacionadas à tecnologia da informação. Citou os projetos internos, que estão em andamento e são afeitos à terceira estrutura que o DTI atua: Resolução de Contratações de TIC do PJ (Nova Resolução 182/2013) e Estratégia Digital do Poder Judiciário (Evoluir Resolução 211/2015 (ENTIC-JUD) – Nova Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário) que vem substituir as Resoluções nº 182 e nº 211 que seguem a ideia do que Dr. Anderson, da Secretaria-Geral, falou sobre a transformação das novas tecnologias. Mencionou a necessidade de prever a atualização dos normativos para levar em consideração o novo cenário, pois a tecnologia tem mudado bastante, o que era regra para contratação, para



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

processos internos, para projetos internos em 2015, 2016 e 2017 não fazem mais tanto sentido. Acrescentou ainda que as duas resoluções estão em análise pela Comissão Permanente de Tecnologia, e que após revisão serão encaminhadas ao plenário para aprovação em formato de resoluções. Sobre as ações internas, informou que, com as indicações da nova gestão, foi feita atualização da carteira de projetos, complementando que havia cerca de 110/115 projetos em andamento que estavam sendo desenvolvidos ou em colaboração com tribunais e gestão do DTI ou por execução direta do próprio departamento com sua força de trabalho. Esclareceu que foi feita repriorização, definição de critérios objetivos para criar mecanismos de priorização para execução, e que hoje a carteira está com 55 projetos em desenvolvimento. E, por fim, O Sr. Thiago falou que, em 2020, o DTI entregou - entre sistemas, serviços e aplicações - mais de 30 serviços, e que o *roadmap* de ações para 2021 é bastante extenso e voltado para a visão da gestão atual.

### **5.1.8 Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF**

Dr. Luís Geraldo Santana Lanfredi, Juiz Auxiliar da Presidência, Supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF, iniciou enfatizando a importância da Reunião de Análise da Estratégia abordando desde a perspectiva dos diferentes gestores, ações empreendidas ao longo deste ano e o que ainda resta por cumprir. Em seguida, registrou que o departamento executa atualmente o programa Fazendo Justiça, compreendendo 28 iniciativas, e a nova fase da parceria de sucesso entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento destinado à superação dos desafios históricos que caracterizam a privação de liberdade no Brasil. Acrescentou que o programa incide sobre diversos momentos do ciclo penal e do ciclo socioeducativo apostando no diálogo interinstitucional, na construção de soluções customizadas e colaborativas considerando as diferentes realidades e locais. Enfatizou que o programa marca principalmente o protagonismo do Poder Judiciário brasileiro, por meio do CNJ, na formulação e no acompanhamento da implementação e da variação de ações capazes de alcançar resultados efetivos e em condições de



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

impactar a transformação do quadro do desajuste estrutural do Sistema Carcerário Nacional já reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, na ADPF nº 347, como um estado de coisas inconstitucional. Mencionou, ainda, que para reverter essa realidade, o Fazendo Justiça atua justamente para qualificar os serviços de atendimento às pessoas que sofrem processos de criminalização considerando desde a porta de entrada do sistema prisional – audiências de custódias, alternativas penais, monitoração eletrônica - até a porta de saída visando a promoção da cidadania e garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional. Adicionou que o programa está sendo implementado em quatro eixos estratégicos e cada eixo compreendido por um conjunto das ações específicas destinado justamente a satisfazer as necessidades no âmbito da proporcionalidade penal, do sistema socioeducativo, da cidadania dentro e fora dos presídios e de soluções de tecnologias e sistemas. Em seguida, o Chefe do DMF explicou que a unidade é responsável, no atual planejamento estratégico do CNJ, pelo indicador 20 – *Índice de implantação das iniciativas que promovam os Direitos de Cidadania*, o qual se desdobra em quatro projetos principais: Sistema de Processo Eletrônico da Execução Penal unificado – SEEU; biometria e documentação da população prisional; audiências de custódias e alternativas penais; fomento ao trabalho e renda no sistema prisional e atenção à população egressa com os seus desdobramentos e o fortalecimento e qualificação do sistema socioeducativo. Por conseguinte, acrescentou que, até 2019, o Poder Judiciário não sabia precisamente quantos processos de execução penal tramitava no Brasil, nem o perfil da população privada de liberdade o que determinou prioridade absoluta a universalização do SEEU como Política Nacional Judiciária. Adicionou que, após um esforço que combinou envio de forças tarefas lideradas por magistrados em estreita cooperação com tribunais locais e estratégia de implantação de cadastramento de processos e ferramentas de migração, o SEEU atingiu 25 dos 27 tribunais de justiça e 4 dos 5 tribunais federais, com um acervo supera 1,5 milhão de processos. Mencionou que SEEU trabalha de maneira integrada com o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões e também com o Sistema de Informação do Departamento Penitenciário Nacional - Sisdepen do Ministério da Justiça. Sobre a Documentação Civil, com vistas a ampliar o acesso das



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

peças privadas de liberdade a bens e serviços, registro que se formou um acordo com Tribunal Superior Eleitoral - TSE para inserção dos dados dos privados de liberdade no Banco Nacional de Dados de Identificação Civil havendo também articulação com autores locais e a compra de mais de 4 mil equipamentos de leitura biométrica para serem entregues e doados aos tribunais. Com relação à documentação especificamente, acrescentou, que existe um trabalho de articulação promovido conjuntamente com atores locais, bem como o desenho de um plano de trabalho para a operacionalização da documentação civil de presos e egressos como fluxo regular e sustentável no âmbito próprio Poder Judiciário. Com relação às Audiências de custódias e Alternativas Penais, esclareceu que foram fortalecidas essas atividades, com atuação de consultores técnicos contratados pelo programa que também conta com a parceria dos Escritórios das Nações Unidas para drogas e crime. Explicou que o objetivo dos consultores é apoiar os magistrados de tribunais para melhoria de procedimentos e fluxos de trabalho, e que entre os diversos resultados dessa iniciativa é mencionado a redução o tempo de espera para torzeleiras no estado da Bahia; a melhoria no espaço arquitetônico das audiências no Acre e Amapá; a instituição de atendimento pós audiência em saúde mental do Distrito Federal; criação de grupos de trabalho voltados a proteção social de custodiados em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte; a implantação e o aperfeiçoamento de equipes psicossociais no Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Pará, Paraná, Sergipe, Paraíba, Roraima; e inserção de testes de HIV e encaminhamento de saúde no Paraná. Acrescentou ainda que para fortalecer as políticas de alternativas penais, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça aprovou normativa específica que facilitou articulações com o Poder Executivo para a implantação de três centrais integradas de alternativas penais nos estados de Sergipe, Roraima e Rondônia. Registrou que no campo da monitoração eletrônica houve apoio técnico aos estados e foi realizado o diagnóstico nacional para orientar o aperfeiçoamento do uso desse equipamento com pesquisa em dez capitais. Acrescentou que, nos dois casos, houve mapeamento e facilitação para liberação dos convênios federais. Com relação ao fomento a trabalho e renda no sistema prisional e atenção à população egressa, informou que o CNJ



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

instituiu, via resolução aprovada em plenário, uma política de atenção a pessoas egressas do sistema prisional no âmbito do Poder Judiciário com ações centralizadas por meio dos escritórios sociais, resultado da articulação entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo. Acrescentou que o programa fez com que, de dois escritórios sociais existentes no país em estados diferentes, se passasse a ter 10 escritórios com unidades nos estados Amazonas Roraima, Amapá, Tocantins, Piauí, Bahia, Paraíba e Alagoas além de Niterói, Maricá no Rio de Janeiro. Elucidou que o aplicativo escritório social virtual desenvolvido em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa - FAP no Distrito Federal irá beneficiar mais de 400 mil egressos por ano. Sobre o sistema socioeducativo informou que foi saneado estoque do Cadastro Nacional de adolescentes em conflito com a lei com a baixa de cerca de 16.300 guias, foram mapeadas funcionalidades para criação de um Sistema Nacional Eletrônico para acompanhamento do trâmite processual da prática de atos jurídicos nos processos de conhecimento e de execução de medidas socioeducativas e foram traçados parâmetros para inspeção em unidades de atendimento socioeducativo. Prosseguiu abordando os resultados apurados até o mês de agosto da meta do indicador encaminhados ao DGE. Sobre a meta 1, informou que o peso é de 30% e o resultado alcançado foi de 19% e que em termos de ações destacadas estão a implantação do SEEU nos tribunais de justiça de Santa Catarina, São Paulo, Justiça Militar de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Superior Tribunal Militar e Tribunal Regional Federal da 4ª Região, também em relação ao SEEU, consta o desenvolvimento de módulo de alternativas penais e monitoração eletrônica. Adicionou sobre a meta 2, que diz respeito à biometria, com peso total do projeto de 20%, cumpriu até agosto 11% das atividades previstas. Sobre a meta 3, relativa a audiências de custódia, informou que o peso é de 20% e o percentual de cumprimento foi de 12,20%. Pontuou ainda, que os projetos do DMF, assim como das demais unidades do CNJ, sofreram impactos devido à pandemia cujo restabelecimento da normalidade tende a ocorrer de forma gradual. Sobre as perspectivas tanto em relação à meta 2 quanto à meta 3, destacou a retomada da organização de atividades substitutivas aos encontros regionais de estudos em audiências de custódia, alternativas penais e monitoração; a realização de Fórum Nacional de Alternativas





# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Penais; a construção, o surgimento e a publicação dos manuais de prevenção e enfrentamento à tortura nas audiências de custódia; do manual de proteção social e parametrização jurídica de decisões em audiências de custódia; do manual de arquitetura judiciária nas audiências de custódia previsto para ser entregue até o final de novembro, onde está prevista entrega até abril de 2021 de 27 projetos arquitetônicos por unidade de Federação para os tribunais de justiça de todo o país; Prosseguiu com a implantação e o fortalecimento de núcleos de justiça restaurativa em 10 tribunais, cuja implementação deve estar concluída até março de 2021. Em relação à meta 4, fomento ao trabalho e renda nos sistema prisional e atenção à população egressa, explanou que o peso do projeto é de 15% e que o cumprimento foi de 11,25% e destacou a inauguração 8 escritórios sociais, a entrega e a colocação em funcionamento do aplicativo escritório social virtual, que está sendo integrado em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa - FAP da Universidade do Distrito Federal conjuntamente com a Universidade de Brasília. Em relação à meta 5, fortalecimento e qualificação do sistema socioeducativo disse que o peso do projeto é 15%, e que o cumprimento foi de 9%, destacando a inauguração de 2 centros de atendimento até dezembro. Informou, ainda, sobre três grupos de trabalho instituídos no âmbito do DMF para promoção da leitura, dos esportes no sistema prisional e também para o aprimoramento das regras de negócio do BNMP e sua compatibilização com a PDPJ. Prosseguiu citando as ações relacionadas com o processo de repactuação do programa no âmbito dos tribunais, esclareceu que neste momento está sendo reconstruído com cada um dos tribunais o compromisso para execução das atividades, das ações do Fazendo Justiça. Citou ainda a inauguração de escritórios sociais e a celebração de um acordo de cooperação técnica com o Ministério Público do Trabalho e a Confederação Nacional dos Municípios para inaugurar uma ação pragmática de fomento ao trabalho para as pessoas egressas, cuja data de assinatura em Plenário está agendada para o dia 10 de novembro. Ainda acrescentou articulações que estão se engendrando para uma cooperação técnica internacional que acontecerá com a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Centro de Estudios de Justicia de las Américas e o Centro por la Justicia y el Derecho Internacionl. Informou que o GT de leituras e de esportes tem o prazo de sessenta



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

dias para serem concluídos e estão na linha dos eixos de garantia de direitos da nova gestão, e que o GT do DNMP também tem prazo bastante exíguo para cumprimento e é demonstração de alinhamento de sistemas da política dos novos sistemas na perspectiva da plataforma digital dos processos judiciais. Ainda complementou sobre as ações relacionadas com a repactuação do Fazendo Justiça junto aos tribunais, frisando que são ações destinadas ao fortalecimento do Programa em cada uma das unidades da Federação e que se pretende com isso dar novo impulso ao programa para que ele possa continuar rendendo os resultados que se tem alcançado. Elucidou que os pactos com os organismos internacionais de direitos humanos disseminam a boa prática da melhor interpretação desses direitos de acordo com a legislação, com a CF e o ordenamento jurídico nacional.

### 5.1.9 Secretaria de Comunicação Social - SCS

O Sr. Jônathas Seixas, representante de Secretaria de Comunicação Social - SCS, iniciou esclarecendo que estava em substituição ao Secretário Rodrigo Farah que estava acompanhando a agenda do Ministro Luiz Fux e, em seguida, passou a explanar sobre os três indicadores. Sobre o indicador de alcance e engajamento nas redes sociais, informou que a meta não foi alcançada e o motivo foi a diversificação das métricas das redes sociais, acrescentou que a pandemia afetou esse aspecto do trabalho, principalmente nas redes sociais, e que precisou haver uma adequação, por isso, o indicador está não cumprido; *O indicador 18 - Alcance e engajamento no Portal CNJ está parcialmente cumprido; e o indicador 19 - Índice de satisfação com a comunicação interna só é medido em novembro.* Sobre as ações e projetos, destacou que foi mantida a mesma métrica usada em 2019 e que por conta das peculiaridades do ano, o trabalho foi alterado. Por isso, adiantou, haverá dificuldade de cumprir as metas do ano apesar dos esforços da unidade para nivelar com o objetivo. Noticiou que, além dos três indicadores, a SCS está produzindo um relatório interno dos indicadores da SCS que mensura todos os canais oficiais de comunicação e que hoje são 34 indicadores, indo da produtividade até o alcance e visualização nas redes sociais, alcance do portal. Adicionou que, a partir desses dados, as equipes estão debatendo formas para que essas iniciativas sejam de fato realizadas, aprimoradas e



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

destacou algumas: restabeleceu dois boletins (CNJ notícias-objetiva aumentar o acesso diário ao portal CNJ e o boletim remoto-boletim interno com as notícias semanais da Intranet); aplicação e incorporação das notícias aos acessos à rádio do CNJ, aos vídeos do *YouTube*, buscando impulsionar o trabalho através da divulgação das notícias institucionais do Conselho; revisão constante das páginas do Portal e da Intranet buscando garantir sempre a melhor navegação para o usuário- destacou a atualização da Portaria nº 36/2020 que atualizou a composição do Comitê Gestor de Conteúdo do Portal e da *Intranet* facilitando esse trabalho constante que é feito pela SCS; Adicionou a ativação do *LinkedIn* do CNJ, uma rede social que estava parada há bastante tempo, o que tem dado bons resultados, e compensa o *Facebook* que tem perdido cada vez mais seguidores e engajamento, e assim tem se conseguido manter o equilíbrio no que tange às redes sociais. Esclareceu que o *Twitter* e o *Instragram* são redes que vêm crescendo significativamente, mês a mês, principalmente, pelo momento presente em que as pessoas estão mais ativas nas redes. Adicionou que, a partir desse ano, há no *Twitter* a cobertura das sessões em tempo real mostrando para o público o resultado de cada julgamento. Citou ainda uma outra estratégia que é a utilização do *stories* nas redes sociais, tanto no *Instagram* quanto no *Facebook*. Pontuou que, por meio desses *stories* e de *lives*, o engajamento tem aumentado e reforçou que a SCS está fazendo diversos estudos para analisar qual é a melhor forma de entregar resultado satisfatório que esteja condizente com o Planejamento Estratégico já que as redes sociais, que são os pontos fortes do trabalho, têm sofrido diversas alterações em suas métricas. Na sequência, passou a discorrer sobre o portal, que é o principal divulgador de notícias, e informou que o CNJ ficou em terceiro lugar na categoria Mídia Digital do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça que é um ambiente que trabalha com diversas instituições e organizações públicas. Adicionou que após a reformulação do portal, no final de 2019, se conseguiu alcançar essa satisfatória posição, além da diminuição da taxa de rejeição do portal em 10%. Esclareceu que essa taxa de rejeição, segundo o *google analytics*, é o percentual de pessoas que acessam a página do portal e navegam em outras páginas – elas não só abrem o site, mas permanecem no site navegando. Informou que em 2019 esse índice estava em torno de 72% e caiu para 66%, e que entre 40% e 60% é



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

um nível bastante satisfatório em sites institucionais. Por fim, destacou a atuação da rádio, que é algo do ano de 2020, uma conquista para o CNJ, que é distribuída para mais de 2 mil emissoras por todo o país, alcança mais de 900 municípios e acrescentou que dados recentes mostram que em setembro foram mais de 85 milhões de pessoas alcançadas como audiência e que até agosto foram 400 boletins produzidos a partir do conteúdo que é disponibilizado a partir do portal.

### 5.1.10 Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO

O Sr. Antônio Carlos Stangherlin Rebelo, Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário - DAO, inicialmente comentou que a unidade possui um indicador no planejamento - *Índice de publicação das informações orçamentárias dos tribunais* - e que o seu nome dá a impressão de que se trata apenas de transparência. Contudo, esclareceu que essas publicações, principalmente no que tange aos tribunais de justiça, são fundamentais para o trabalho do DAO e assessoria que a unidade presta à Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, porque não se tem acesso ao sistema de administração orçamentária e financeira dos tribunais de justiça, pois cada um segue o sistema do seu Estado. Informou que, no que se refere ao orçamento da união, há o SIAFI que é comum a todos tribunais e, por meio dele o DAO pode coletar os dados necessários para realização dos trabalhos. Ressaltou que o atingimento da meta depende dos tribunais, uma vez que são eles que publicam essas informações que dizem respeito: à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – o relatório de gestão fiscal onde constam as despesas com pessoal e a verificação dos limites estabelecidos pela LRF; à Resolução CNJ nº 195 que trata da distribuição do orçamento dos tribunais pelos 1º e 2º graus de jurisdição; à Resolução CNJ nº 102 que em dois de seus anexos trata da dotação e da execução orçamentária. Informou que o indicador ficou em 92,4% quando o esperado era 95%, mas argumentou que devido à pandemia alguns tribunais atrasaram a publicação e que, no momento em que a informação foi passada ao DGE, alguns deles ainda não tinham publicado, mas o fizeram posteriormente elevando o percentual para 96,65% na data presente. Enfatizou que para cumprir este indicador, as coordenadorias da unidade mantêm contato estreito com as áreas de



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

orçamento dos tribunais via telefone, e-mail. Por fim, adicionou que, para o novo planejamento, estão analisando incluir mais medições no indicador, em especial a publicação do mapa anual de precatórios, que é algo novo da Resolução CNJ nº 303, e que o DAO está encarregado desse acompanhamento.

### 5.1.11 Corregedoria Nacional de Justiça – CN

A Sra. Alessandra Cristina de Jesus Teixeira, Chefe de gabinete da Corregedoria Nacional de Justiça – CN, primeiramente expôs que a unidade possui dois indicadores no planejamento, um cumprido e outro parcialmente cumprido. Em seguida, passou a apresentar as ações: PJeCor- versão do PJe para as corregedorias - esclareceu que é uma iniciativa para unificar e padronizar a tramitação dos procedimentos disciplinares e correccionais de todas as corregedorias e que as diretrizes e os parâmetros foram definidos para implantação e funcionamento do PJeCor pelo Provimento nº 102/2020. Adicionou que a meta é autuar e tramitar todos os procedimentos de todas as corregedorias no PJeCor até 31/12/2020, e que, até agosto, em torno de 26 corregedorias já haviam concluído a implementação. Esclareceu que, embora algumas já tramitem todos os procedimentos, ainda há algumas que fazem a tramitação parcial. Informou, ainda, que está sendo feito um novo levantamento e que já foi definida uma prévia das metas que orientarão os trabalhos das corregedorias a partir de 2021 e uma delas é a verificação do cumprimento do PJeCor, sua implementação e os avanços subsequentes. A seguir, apresentou a segunda ação- Fórum Nacional das Corregedorias – FONACOR que é um espaço de intercâmbio e cooperação entre as corregedorias mediante compartilhamento de informações, experiência, uniformização de procedimentos, proposição de medidas para aprimoramento do seguimento da justiça. Informou que em 26 de outubro será realizada a 4ª edição do evento e que será discutido junto às corregedorias a elaboração das metas e diretrizes de 2021, e a Ministra apresentará o novo plano de trabalho 2020-2022. Sobre a elaboração e acompanhamento das metas nacionais das Corregedorias, comentou que é uma iniciativa relacionada às ferramentas, como aprimorar o acompanhamento, e adicionou que a CN contará com a parceria do DPJ e do DGE para implementar a mesma metodologia do



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

acompanhamento das metas nacionais. Acrescentou que, para tanto, já foram realizadas reuniões. Registrou, ainda, que o DGE ajudará também no FONACOR e que foram elaborados os glossários para melhoria da forma de acompanhamento das metas e diretrizes. Informou que a meta é, a partir de 2021, usar essa metodologia; acerca do sistema de consulta textual dos conteúdos das decisões da Corregedoria, informou que é um sistema de indexação e busca de decisões que tramitam no PJe do CNJ e que foram proferidas pela CN desde 2005. Pontuou que é uma ferramenta importante em momentos de transição de gestão para a equipe nova acessar decisões anteriores, que o sistema já está implementado e que se inicia uma nova etapa que é um banco de precedentes que seria uma base relativa aos serviços de notas e registros no âmbito do CNJ. Acrescentou que se pretende, ainda em 2020, designar uma comissão de precedentes coordenada por magistrados auxiliares da CN para compilar e organizar esses precedentes administrativos. Sobre os painéis estatísticos de apoio às inspeções, explanou que a CN pretende aproveitar a experiência do DPJ para obter melhores ferramentas que apoiem na preparação das inspeções: são aos dados estatísticos que auxiliarão a escolher as unidades judiciais que receberão as inspeções, otimizando o trabalho de análise de dados da equipe. Explicou que a meta é lançar em 2021; sobre o agente regulador do ONR (Operador Nacional do Serviço Eletrônico de Imóveis) explicou que foi criado pela Lei Federal nº 13.475/2017 e tem a finalidade de implementar e operar o sistema de registro eletrônico de imóveis, que é um projeto desenvolvido pelo CNJ para implantar em todo o país um serviço de registro de imóveis por meio eletrônico. Adicionou que a lei estabeleceu à CN a função de agente regulador do ONR. Assim, esclareceu, o projeto é instituir e instalar o agente regulador até dezembro de 2020. Para tanto, acrescentou, foi criada a Coordenadoria de Gestão de Serviços Notariais e de Registros e em 14 de outubro foi editada a portaria que regulamenta os eixos de atuação da coordenadoria que funcionará como a Secretaria Executiva do Agente Regulador; adicionou o projeto Apostil e-APP de Haia e informou que recentemente o sistema SEI-Apostila foi substituído pelo sistema eletrônico de apostilamento (Apostil) desenvolvido pelo CNJ em parceria com a Associação de Notários e Registradores do Brasil, com o Colégio Notarial do Brasil e com a Associação Nacional dos Registradores das Pessoas Naturais. Explicou que o





# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

sistema possibilita consulta, a confecção e a gestão do apostilamento de documentos públicos estrangeiros, e também foi desenvolvido para permitir a sua utilização por outros países, porque tem o mecanismo de tradução simplificada para diversos idiomas. Acrescentou que já é uma grande referência em outros países e que durante a Conferência de Direito Internacional Privada de Haia, realizada em março de 2020, o sistema foi oferecido gratuitamente aos países interessados e, possivelmente, em 2021, algumas delegações devem ser recebidas para conhecerem melhor. Comentou sobre fazer a promoção do conhecimento e a adoção do sistema por outros países, além de fomentar o sistema em todo Brasil, pois ainda não alcançou todos os estados. Como referência citou que de 2016 a abril de 2020 foram apostilados mais de 5 milhões de documentos no Brasil. Só em 2019, 1,8 milhão. Por fim, falou sobre a reformulação do portal da CN que contará com o apoio da SCS, e que a ideia é complementar as informações que são divulgadas, principalmente para os usuários com o intuito de melhorar os canais de comunicação, que haverá atualização do *layout* e que a meta é lançar o novo portal até dezembro de 2020.

### **5.1.12 Gabinete da Diretoria-Geral - GDG**

Dr. Johanness Eck, Diretor-Geral - DG, informou que a incumbência do gabinete é tratar da implementação da gestão de risco, primeiramente na Diretoria-Geral e depois no CNJ. Explicou que a gestão de riscos é um componente importante do mecanismo de controle que é recomendado como prática de boa governança pelo Tribunal de Contas da União - TCU. Adicionou que o projeto está cumprido, segundo a meta proposta, que foi entregue o manual de gestão de riscos; foi feita a primeira pesquisa geral do CNJ; foram elaborados os documentos padrões e foi criado um canal próprio de comunicação. Acrescentou que falta a conclusão do painel de produtos, objetivos e indicadores, que está sendo concluído, e a capacitação de uma parte das unidades. Informou que o projeto vai até 2021, mas, em 2020, deve fechar a implementação dentro da DG, incluídas as Secretarias. Falou das iniciativas que aderem aos cinco eixos do Ministro Presidente e fez referência à implementação do Código de Conduta para Fornecedores de Bens e Serviços do CNJ que foi instituído alguns dias antes do problema gerado pela pandemia e tem ênfase em três pilares: respeito aos direitos



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

humanos e sustentabilidade que convergem com o eixo 1 do programa apresentado pelo Ministro e a integridade corporativa que se relaciona com o 3º eixo que é o combate à corrupção. Concluiu que assim há um respaldo e um impulso institucional do mais alto nível para se aprofundar os trabalhos em relação ao tema e deverá ter plena aplicação em editais, nos contratos e nas renovações contratuais, pois, dessa forma, alguns direitos, que já são reconhecidos para o ambiente da Administração Pública, se espraiam para os fornecedores e colaboradores que trabalham diariamente no CNJ.

### 5.1.13 Secretaria de Administração - SAD

O Sr. Getúlio Vaz, Secretário de Administração - SAD, apresentou os indicadores da unidade que são dois: sobre o *Índice de Execução do Plano de Contratações do CNJ*, informou que a meta em agosto foi cumprida, com percentual de 51,6%. Lembrou que a SAD não é responsável pela execução, mas pela gestão, pela gerência e apoio às unidades, e que dará suporte até o final do ano a muitas contratações ainda em andamento as quais serão acrescidas na próxima medição. Sobre o indicador 22- *Índice de Unidades do CNJ com Infraestrutura Adequada*, informou que a meta era 81% e que foi atingido 96,7% e que isso que já foi um grande problema no passado para o CNJ, entretanto, hoje está cumprido em um espaço locado mais suficiente e adequado às condições. Sobre as ações realizadas relacionou: o programa SESI de testagem de contaminação pelo vírus COVID-19 para os motoristas e equipes de manutenção predial; expedição de orientações quanto à adoção do regime de trabalho remoto, de revezamento de turno de trabalho e da flexibilização da jornada de trabalho (execução dos contratos administrativos de terceirização de mão de obra). Informou que foram passadas várias orientações por escrito, mas também, constantemente, diretamente com os gestores, com os prepostos e com quem procura a SAD para mostrar como deve agir contando com o apoio da Assessoria Jurídica e de outras unidades; continuou citando a ação de aquisição de barreiras de proteção para o plenário e para os balcões de atendimento; a ação de aquisição de totens dispensadores de álcool em gel observando as questões de acessibilidade; as adequações das estruturas físicas dos prédios ocupados pelo CNJ e a promoção da



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

acessibilidade e atualização dos seus parâmetros arquitetônicos e normativos nos edifícios ocupados pelo CNJ para ficarem dentro dos padrões exigidos pelo governo local; falou ainda da atualização das instalações prediais de prevenção e combate a incêndio nos edifícios ocupados pelo CNJ junto ao Corpo de Bombeiros Militar do DF; ocupação da nova sede do CNJ no edifício Premium. Acerca das ações previstas até dezembro de 2020 elencou: acompanhamento das ações orçamentárias sobre responsabilidade da Secretaria de Administração, com a realização de eventuais ajustes e adequações ao cenário econômico e financeiro que é feito diariamente junto com a Secretaria de Orçamento e Finanças; priorização das contratações relevantes para a área de tecnologia da informação e comunicação. Sobre isso esclareceu que nenhuma contratação deixou de ser feita, nenhum contrato deixou de ser atendido e que todas as necessidades que o DTI apresentou foram atendidas dentro do limite da SAD e isso ocorrerá ainda até o final do ano porque há processos em andamento; Continuou abordando a aquisição de testes rápidos para detecção de contaminação pelo vírus COVID-19 e informou que o CNJ entrou como participante de uma ata de registro de preços junto ao STF, que está na fase de aquisição e testagem conforme orientação da Diretoria-Geral, da Secretaria de Saúde do STF que dá apoio ao CNJ e da Secretaria de Gestão de Pessoas do CNJ; monitoramento dos custos relativos à manutenção da infraestrutura do CNJ e busca de meios, no que cabível, de redução de consumo, que é uma ação sistemática, mas que em 2020 foi acentuada. Informou que houve queda no consumo de energia, de água de garrafinha e garrafões, de água servida pela CAESB; instituição do Plano Geral de Aquisições do CNJ para 2021, esclareceu que está sendo feita a coleta de dados para que seja feito o plano de contratações para o ano seguinte, que estão aguardando definições e que, neste momento, é difícil ter uma visão de como será feito. Por fim, destacou que a SAD tem cuidado da sanitização e limpeza do prédio a todo tempo, disponibilizando material para os servidores como cadeiras, e que o DTI tem disponibilizado computadores.

### 5.1.14 Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

O Sr. Wernne Silva, Secretário de Orçamento e Finanças - SOF, apresentou o resultado do indicador: *Índice de liquidação do orçamento disponibilizado* o qual, na medição até agosto, estava cumprida e adicionou que, atualizando os dados para outubro, já ultrapassou 64% do índice de liquidação do orçamento disponibilizado. Destacou que, para esse índice de liquidação, a SOF conta com a colaboração das unidades do CNJ para que seja cumprido-DTI, SCS, SAD. Complementou que a ação executada até o momento foi a execução orçamentária e financeira dos recursos destinados e destacou que são inúmeros projetos que o CNJ realiza e, até então, tem-se conseguido orçamento e financeiro para realizar as ações. Informou que até agosto todas as demandas foram atendidas e o planejamento para até dezembro é o acompanhamento semanal do limite das despesas do CNJ, tendo em vista que, com a EC, há um teto de gastos. Assim, exige-se que o acompanhamento seja feito de perto e, para isso, semanalmente são gerados relatórios para acompanhar a evolução dessa despesa. Adicionou que também são fornecidos relatórios gerenciais à Alta Administração, o que ajuda no processo de tomada de decisões até o final do exercício. Citou as reuniões a serem feitas com os coordenadores de ações orçamentárias para ajustes necessários. Falou ainda da captação de recursos que tem sido feita para novos projetos, se disponibilizou às unidades para ajudar na implementação dos novos projetos e encerrou pedindo aos coordenadores de ações que façam um trabalho com os gestores na ponta de afinar as despesas.

### **5.1.15 Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP**

A Sra. Raquel Chaussé, Secretária de Gestão de Pessoas - SGP, iniciou abordando os indicadores relativos à capacitação. Sobre a capacitação dos servidores, informou que a meta tem carga horária, o indicador está parcialmente cumprido e que ainda há ações a serem realizadas em 2020. Em relação à capacitação dos gestores, complementou que também há ações a serem realizadas. Em seguida, comentou que os outros indicadores da SGP relativos a Qualidade de Vida no Trabalho foram cumpridos. Na sequência, passou a abordar os projetos: Sobre a Gestão da QVT informou que há eixos de trabalho para o próximo ano e o primeiro deles é a gestão do momento atual - teletrabalho, trabalho remoto. Adicionou que têm sido feitas



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

tratativas para alteração tanto da resolução que trata do teletrabalho, quanto também da instrução normativa que aborda o assunto dentro do CNJ. Complementou que se percebe uma nova dinâmica e que se pretende fazer atualização das regras no órgão. Na sequência, falou da questão do dimensionamento de pessoal, pois a maioria das unidades tem demandas de pessoas para atingir os objetivos e realizar os projetos. Esclareceu ainda que é uma missão da SGP analisar a questão e fazer estratégias para mitigar os problemas em relação à pequena quantidade de pessoas no órgão. Adicionou que o mapeamento de competências no CNJ foi concluído e que se espera nos próximos meses e no próximo ano utilizar o mapeamento das competências para outros projetos além da capacitação dos servidores. Sobre o tema capacitação, informou que se pretende fazer análise do projeto pedagógico institucional, das ações que vêm sendo feitas, analisar e propor ações que sejam efetivas para as equipes, servidores. Voltou a abordar sobre QVT e pontuou que se deseja focar na valorização dos servidores tanto em relação a benefícios, que o órgão já tem, quanto em novas ações para maior valorização dos servidores.

### **5.1.16 Gabinete da Ouvidoria - GOU**

O Sr. Ronaldo Araújo Pedron, Chefe do Gabinete da Ouvidoria - GOU, iniciou contextualizando o trabalho da ouvidoria do CNJ, que, sob o comando do Conselheiro André Godinho, Ouvidor-Geral do CNJ, tem experimentado ao longo dos anos um aumento considerável do número de demandas feitas à unidade. Adicionou que, para além de ser uma ouvidoria do próprio órgão que recebe reclamações, denúncias, sugestões afetas ao próprio CNJ, é também a ouvidoria que recebe demandas de todo o Poder Judiciário. Complementou que no ano passado houve 24.303 relatos registrados no setor, o que importou em aumento de 13,3% em relação a 2018, e neste ano, até outubro, já foram registradas 20.174 demandas, o que projeta um aumento na casa dos 10%. Concluiu que no ano passado a média mensal era de 2.025 demandas e neste ano a média mensal é de 2.417 demandas registradas. Enfatizou que a unidade também é responsável por receber todo pedido de acesso à informação endereçados ao CNJ, e que, devido aos projetos, ações ao longo dos anos, que são um grande repositório das mais variadas informações, dados



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

estatísticos, programas, projetos, há bastante demanda da sociedade em geral. Sobre os indicadores, explicou que a ouvidoria possui dois indicadores: um de atendimento, mais quantitativo, e outro mais qualitativo, e continuou esclarecendo que o de atendimento é o tempo de resposta – 5 dias até uma primeira resposta ao cidadão, e que o segundo é um indicador de satisfação de atendimento da ouvidoria, composto por 4 quesitos: tempo de resposta, satisfação com a resposta, clareza da resposta, satisfação com o atendimento prestado. Adicionou que ambos estão cumpridos. Sobre projetos informou que no início de 2020, até março, havia planejamento para se realizar o 1º ciclo de capacitações em ouvidorias judiciais. Informou que era um evento planejado para março, uma oficina com as ouvidorias e a construção de um conteúdo que ficasse disponível em EaD - ação inédita. Entretanto, registrou, devido à pandemia, foi feito o replanejamento do curso, das ações. Informou ainda que na sessão plenária desta data houve a assinatura do termo de cooperação técnica com a ouvidoria do STJ que permitirá celeridade na produção dos conteúdos basilares - mais gerais -, e que, na sequência, haverá produção de conteúdos específicos. Adicionou que foi feita recentemente uma pesquisa junto aos tribunais, prevista no projeto, e que foram indicados temas de aprofundamento das ouvidorias, não só atendimento, gestão, pesquisa de satisfação, avaliação, transparência, relatórios, mas também a necessidade de conteúdos como LGPD, Lei de acesso à Informação, Lei nº 13.460, conhecida como estatuto do Usuário do Serviço Público, e outros temas como *fakenews* mais afetas à justiça eleitoral. Afirmou que todos esses temas serão conteúdos específicos disponibilizados por meio desse curso, cujo planejamento foi apresentado à nova gestão e validado restando ainda os ajustes finos tendo em vista a parceria firmada com a ouvidoria do STJ. Prosseguiu abordando as ações planejadas: criação do grupo de trabalho para revisão da portaria que regulamenta o funcionamento das ouvidorias, que já tem algum tempo e precisa ser atualizada considerando inclusive questões de ferramentas digitais disponíveis. Em complemento à revisão do normativo, falou que contará com a participação de colégios de ouvidores da justiça federal, estadual, militar, do trabalho e eleitoral e que há perspectiva de desenvolvimento de um sistema nacional integrado de ouvidorias judiciais. Esclareceu que hoje há vários sistemas, que alguns se comunicam e outros





# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

não, e que poderia haver ganhos expressivos no tratamento da demanda e na comunicação direta com o cidadão que demanda acesso o Poder Judiciário.

### 5.1.17 Secretaria de Auditoria - SAU

O Dr. Anderson Rubens de Oliveira Couto, Secretário de Auditoria, explicou que a Secretaria de Auditoria não possui projeto específico dentro do Planejamento Estratégico, entretanto toda a sua atividade é baseada no Planejamento Estratégico, e dentro dessa perspectiva trabalha junto com as unidades, ou seja, todos os trabalhos buscam apresentar algum tipo de proposição, algum tipo de avaliação sobre o desenvolvimento do planejamento: como as ações estão se desenvolvendo, se há algum desvio, uma disfunção para que se possa sugerir algum tipo de solução para esse tipo de problema. Acrescentou que a Secretaria está empenhada em realizar a implementação do Sistema de Auditoria do Poder Judiciário, que foi criado em abril pelas Resoluções CNJ nº 308 e 309, as quais estabeleceram novas atribuições para as auditorias internas. Informou que o sistema pode ser usado pelas unidades do CNJ, que há ações coordenadas que são realizadas em todos os tribunais e podem ser feitas avaliações específicas. Inclusive avaliações situacionais para que se possa fazer um direcionamento da política a ser implementada pelo CNJ, porque, tendo o diagnóstico situacional, sabendo como se encontra na ponta, pode se direcionar melhor os recursos, as decisões, as ações. Concluiu que a atividade de ação coordenada que se está tentando fechar agora, se for de interesse, pode ser utilizada para colaborar na execução das políticas do CNJ. Informou ainda que a Secretaria de Auditoria se propõe a ser parceira das unidades do CNJ e dentro dessa parceria estão prevendo, para o próximo ano, já que a função da Secretaria é de avaliação e de consultoria, disponibilizar horas de consultoria, caso seja de interesse da Administração, podendo ser negociado o escopo da consultoria, os produtos a serem entregues, duração, especificação, verificação se há condição de realização e apresentação de produtos mais específicos e mais voltados para a necessidade das unidades do CNJ. Finalizou se colocando à disposição de todos e informando que estão apresentando o relatório de governança que vem ao encontro de uma ação que vem sendo desenvolvida pela nova gestão. Adicionou que estão coordenando um



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

grupo de trabalho de integridade do CNJ, que deve terminar no próximo mês apresentando uma proposta de plano de integridade para que possa ser implementado no âmbito do CNJ.

### 6. Considerações Finais

Encerradas as apresentações das unidades, a Presidência da mesa foi retornada ao Dr. Marcus Lívio e a palavra foi passada ao Sr. Adilson Medeiros, para apresentar o panorama geral dos resultados de janeiro a agosto, cujos resultados foram: 7 objetivos estratégicos cumpridos e 5 parcialmente cumpridos, sendo que estes parcialmente cumpridos estão próximos dos resultados desejados. Sobre os indicadores, informou que 16 foram cumpridos, 6 parcialmente cumpridos, 1 não cumprido e 3 não mensurados. Sobre os projetos: 8 foram concluídos, 10 estão com execução dentro do esperado, 2 estão parcialmente cumpridos e 5 não cumpridos. Ao final, a palavra foi retornada ao Dr. Marcus Lívio para o encerramento da reunião, que destacou que foi um evento modelo a ser seguido por todo o Poder Judiciário, que proporcionou uma noção profunda, embora rápida, de todos os principais projetos da gestão das unidades do CNJ. Citou o Encontro Nacional, onde alguns temas voltarão a ser debatidos, parabenizou a organização do evento e encerrou a reunião.